

A NECESSIDADE DA INSERÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Letícia Dayane de Lima¹

Zildete Carlos Lyra Barbosa²

Sandra Patrícia Lamenha Peixoto³

Psicologia



ISSN IMPRESSO 1980-1785

ISSN ELETRÔNICO 2316-3143

RESUMO

A educação no Brasil teve um desenvolvimento lento, contou primeiramente com o conhecimento da igreja no período colonial, seguia uma particularidade elitista, mesmo assim a comunidade jesuíta contribuiu com a construção de escolas dando início ao que hoje corresponde ao ensino fundamental. É possível afirmar que a finalidade da psicologia escolar é ampliar o processo de aprendizado, com pesquisas e inovações, levando para o ambiente das escolas propostas de conscientização. A atuação do psicólogo escolar e educacional deve estar pautada em promover a democratização da educação. Estudantes que possuam deficiências físicas e/ou mentais, devem participar do programa de Educação Especial e Inclusiva. O presente artigo tem como objetivo apresentar a necessidade da inserção do psicólogo escolar e educacional nas redes de ensino. Para isso, realizou-se um estudo de revisão sistemática de literatura em psicologia sobre a necessidade da inserção do psicólogo escolar nas instituições de ensino e a educação inclusiva, tendo como referenciais artigos, livros e cartilhas do Conselho Federal de Psicologia (CFP) no período de 1997 a 2015. Posteriormente, foi efetuada uma pesquisa descritiva através da realização de uma entrevista semiestruturada. Portanto, a presença do psicólogo escolar causa grande impacto positivo nas relações de ensino, porque auxilia na compreensão de que é direito de todos terem acesso à educação de qualidade.

PALAVRAS-CHAVE

Educação no Brasil. Inserção do Psicólogo Escolar. Educação Inclusiva.

1- INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a evolução do ensino no Brasil com enfoque na psicologia escolar e educacional, seus compromissos e perspectivas, pontuando a atuação do psicólogo escolar, bem como, a luta pela inserção do mesmo na rede pública. Com o objetivo de problematizar a qualidade de ensino, os altos índices de analfabetismo, a evasão escolar, a inclusão de alunos com limitações e a qualidade da formação dos profissionais da educação.

Segundo Romanelli (1992) a educação no Brasil teve uma evolução lenta, contou inicialmente com a participação da igreja no período colonial, que adotava uma característica elitista, mesmo assim a comunidade jesuíta contribuiu para construção de escolas dando início ao que hoje corresponde ao ensino fundamental. No período do império não se observou grandes transformações na educação. Com o advento do regime militar também não houve mudanças significativas. Somente após uma longa trajetória, a Constituição Cidadã de 1988 garantiu o ensino fundamental para todos, surge deste processo o fenômeno da municipalização do ensino fundamental.

Romanelli (1992) acrescenta que comparado a outros países o Brasil obteve quase um século de atraso e que só em meados do ano 2000 alcançou índices positivos com a implantação do Fundo de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF).

2- METODOLOGIA

Foi realizado um estudo de revisão sistemática de literatura em psicologia sobre a necessidade da inserção do psicólogo escolar nas instituições de ensino e a educação inclusiva. Sampaio e Mancini (2007, p. 84) afirmam que, “uma revisão sistemática, assim como outros tipos de estudo de revisão, é uma forma de pesquisa que utiliza como fonte de dados a literatura sobre determinado tema”. Foi efetuada a exploração de artigos, em língua portuguesa, publicados em bancos de dados das bases Lilacs, Psyc, Scielo, como também em livros, duas cartilhas do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o site do ministério da educação do Brasil no período de 1997 a 2015.

Os descritores utilizados para a localização e pesquisa dos artigos foram: psicologia escolar, psicologia escolar no Brasil, ensino fundamental, educação, inclusão social, educação inclusiva, processo de ensino e aprendizagem, educação no Brasil, redes de ensino público e particular, inserção do psicólogo escolar, atuação do psicólogo escolar e educacional, dados do Ministério da Educação (MEC) sobre a educação do Brasil e histórico da psicologia escolar. A busca foi efetivada por meio dos descritores isolados e em seguida por meio da associação entre eles.

Durante a busca inicial foram encontrados aproximadamente 70 artigos sobre o tema, entretanto foram empregados os seguintes critérios para exclusão: anuários em idiomas diferentes do português e artigos que possuíam assuntos que divergiam do alvo deste trabalho. Desta forma, foram selecionados 11 artigos para serem explorados. Os estudos foram selecionados conforme os conteúdos relacionavam-se com

o objetivo do presente artigo e foram excluídas as publicações fora do período de 2000 a 2015. Para a construção do mesmo foram utilizados um total de 17 referências bibliográficas, sendo 11 artigos, 3 livros, 2 cartilhas do CFP sobre a educação e a atuação do psicólogo escolar e referências estatísticas do site do ministério da educação.

Foi realizada, também, uma pesquisa descritiva que segundo Manzato e Santos (2012, p. 4)

Em síntese, a pesquisa descritiva, em suas diversas formas, trabalha sobre dados ou fatos colhidos da própria realidade. Para viabilizar essa importante operação da coleta de dado, são utilizados, como principais instrumentos, a observação, a entrevista, o questionário e o formulário (Técnica de coleta de dados).

2.1 INSTRUMENTOS

A pesquisa descritiva deste trabalho foi executada através da realização de uma entrevista semiestruturada (Anexo A). Tendo como finalidade, obter o parecer de um profissional da educação a respeito da temática que rege este estudo, bem como, do funcionamento das redes de ensino público. Desta forma, por meio dessas informações coletadas, visa-se apresentar a importância e a necessidade da inserção do psicólogo escolar e educacional nesse contexto.

Entrevistas semiestruturadas “são assim denominadas porque o entrevistador tem clareza de seus objetivos, de que tipo de informação é necessária para atingi-los, de como essa informação deve ser obtida [...]” (TAVARES, 2000, p. 49); como instrumento de coleta de dados justificou-se por se apresentar como o melhor método para alcançar o objetivo que fundamenta este trabalho.

2.3 PROCEDIMENTOS

As pesquisadoras entraram em contato com a profissional da educação que trabalha na rede de ensino público municipal, explicitaram a temática, os objetivos e a finalidade de sua contribuição para o estudo. Após a confirmação de participação, foi solicitado agendamento de data e horário para realização da entrevista semiestruturada. Após a assinatura do (TCLE) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, foi realizada uma entrevista semiestruturada.

3- PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

A história da educação escolar no Brasil Colônia ocorre em 1549, com a chegada dos padres da Companhia de Jesus, uma ordem religiosa católica que tinham a incumbência de comandar a educação brasileira. Nesta época o formato das atividades

de produção com base na monocultura da cana-de-açúcar, o latifúndio e o trabalho escravo, limitava o acesso à educação apenas para as classes dominantes, ou seja, os donos de terras. Durante dois séculos (1549-1759) a coroa portuguesa subsidiou a educação brasileira, os jesuítas criaram as primeiras escolas, chamadas de primeiras letras, que corresponde ao ensino fundamental de hoje (ROMANELLI, 1992).

Apesar do domínio da Companhia de Jesus elitizar o acesso à educação brasileira, o sistema jesuíta contribuiu muito para a educação média, os padres jesuítas construíram 17 colégios secundários e, "ao redor de cada um ou em locais avançados do interior, dezenas de escolas de primeiras letras" (MONLEVADE, 1997, p. 22).

Conforme Romanelli (1992), o primeiro-ministro, o Marques de Pombal, percebendo que o sistema jesuíta estava mais voltado aos interesses da Companhia de Jesus de catequizar nas criadas escolas de primeiras letras, influenciou o rei para expulsar os padres jesuítas em 1759. Com a dissolução do regime conservador e elitista dos jesuítas, surge um novo sistema de ensino, pela primeira vez passa a ser de competência do Estado a organização e os encargos da educação no Brasil. Em 1772 foi criado um tributo literário para subsidiar as aulas régias, um sistema de aulas avulsas, com professores mal remunerados e cargos vitalícios.

Em meados do fim do século XVIII a colônia brasileira apresentava um quadro educacional decadente, além de "algumas aulas régias criadas com a reforma pombaliana", possuía "algumas escolas primárias e secundárias, em mãos de eclesiásticos"; no início do século XIX o Brasil passou por importantes mudanças com a chegada da família real portuguesa, fugindo da invasão napoleônica, foram criadas escolas de curso superior, porém a presença da família real trouxe influência apenas pra o ensino superior, deixando "os demais níveis de ensino em situação de abandono total" (ROMANELLI, 1992, p. 38).

Segundo Romanelli (1992) com o final do império em 1889, o sistema educacional brasileiro, ainda precário, pouco se diferenciava com a situação da educação no Brasil colônia, com a queda do império ainda persistia a ausência de uma política pública que tornasse a educação acessível em todos os níveis de ensino. "Poucas escolas primárias, os liceus provinciais, em capital de província, colégios particulares, em algumas cidades importantes e alguns cursos superiores, sobretudo o ensino secundário foi renegado ao abandono" (ROMANELLI, 1992, p. 40).

Durante a primeira República, várias reformas educacionais foram constituídas dentre elas a Reforma Benjamin Constant em 1911, seguida de outras até a Reforma de Fernando de Azevedo, no Distrito Federal em 1928. A era Vargas (1930-1945) transformou o cenário educacional brasileiro, mais uma vez com políticas que davam mais ênfase as elites, deixando "completamente marginalizados os ensinamentos primário e vários ramos do ensino secundário" (ROMANELLI, 1992, p. 134).

Mediante a Lei nº 5.692/71 estabelecida pelo governo militar formou o ensino primário e secundário, firmou diretrizes para regulamentar o ensino primário fundamental destinado a crianças de 7 a 12 anos; o primário elementar a crianças de 4 anos e o primário complementar a crianças de 1 ano de idade. A Constituição Federal de 1988, chamada de "Constituição Cidadã" por Ulisses Guimarães, reconheceu o direito

de acesso ao ensino fundamental para todos os brasileiros, no inciso I do artigo 208, que reza “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I- ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria” (OLIVEIRA, 2007, p. 24).

Com um atraso de praticamente um século comparado aos países desenvolvidos, o Brasil no final do ano 2000 alcança índices significativos no ensino fundamental, apresentando resultados com taxa de matrícula bruta de 131,7%. A concentração do ensino fundamental em redes públicas foi um reflexo da implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do ensino Fundamental- FUNDEF (SOBREIRA; CAMPOS, 2008).

4 DESAFIOS PARA OFERECER EDUCAÇÃO DE QUALIDADE NO BRASIL

Segundo Oliveira (2005) o Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB) criado em 2007, mostra os desafios que a educação brasileira precisa alcançar, como a diminuição da evasão escolar e a melhoria da qualidade do ensino fundamental. Que apresenta resultados abaixo da média 4,4 obtido pelo IDEB em 2009, tendo uma meta de aumentar a nota para seis até 2022. Observando que não é só dever do Estado, mas também dos pais ou responsáveis de acompanhar tudo que é relativo à educação dos seus filhos.

Conforme informa o Ministério da Educação (BRASIL, 2015), a Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) são avaliações para diagnóstico, em larga escala, desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC). Pondera a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos.

Nos testes aplicados na quarta e oitava séries (quinto e nono anos) do ensino fundamental, os estudantes respondem a questões de língua portuguesa – com foco em leitura; matemática – com foco na resolução de problemas. No questionário socioeconômico, os estudantes fornecem informações sobre fatores de contexto que podem estar associados ao desempenho. Professores e diretores das turmas e escolas avaliadas também respondem a questionários que coletam dados demográficos, perfil profissional e de condições de trabalho.

A partir das informações do Saeb e da Prova Brasil, o MEC e as secretarias estaduais e municipais de Educação definem ações voltadas ao aprimoramento da qualidade da educação no Brasil, como também a redução das desigualdades detectadas no questionário, visando promover, a correção de distorções e deficiências identificadas, direcionando seus recursos técnicos e financeiros para áreas que demandam mais prioridade (INEP, 2014).

A Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) trata-se de uma avaliação censitária envolvendo os alunos do 3º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas, realiza uma avaliação dos níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa, alfabetização Matemática e condições de oferta do Ciclo de Alfabetização das redes públicas. A ANA foi incorporada ao SAEB pela Portaria nº 482, de 7 de junho de 2013,

o último resultado desta avaliação mostra como o Brasil precisa investir em Educação para alcançar a meta para 2021 (INEP, 2014).

Segundo Arelaro (2005) a equidade do ensino fundamental em escolas públicas e escolas particulares retratam o grande problema na qualidade do ensino no Brasil: a desigualdade social. Os dados estatísticos mais recentes ajudam a compreender a realidade brasileira educacional e o histórico das diferenças sociais que ainda existem.

Conforme os dados disponíveis no site do Ministério da Educação, o Brasil, em 2003 – último ano com dados disponíveis consolidados – tinha cerca de 34,4 milhões de alunos matriculados no ensino fundamental regular, dos quais 31,2 milhões em escolas públicas, ou seja, cerca de 90% do atendimento escolar fundamental é feito pelo Poder Público, sendo que 3,3 milhões de alunos, aproximadamente, somente (10%) são alunos de escolas privadas.

5- A NECESSIDADE DA INSERÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR NAS ESCOLAS E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

As escolas em geral desempenham um grande papel na vida das pessoas, contribuem para a realização formação bem-sucedida e prolífera de seus alunos. Dispondo de uma equipe de profissionais qualificados para construir e desenvolver uma educação de qualidade, contam com diretores, coordenadores, professores, pedagogos, psicopedagogos, assistentes de sala, psicólogos, assistentes sociais, profissionais da limpeza, cozinheiros, dentre outros colaboradores. Esta equipe multiprofissional faz parte da realidade de muitas escolas, principalmente de colégios particulares e de alguns da rede pública de ensino, porém, sabe-se que nem todas as academias de educação possuem todos esses especialistas (YOUNG, 2007).

É necessário apontar que a busca pela modernização, ampliação e melhoria de escolas tem sido alvo de debates políticos e sociais.

Far-se-á indispensável que as instituições de ensino possuam bons profissionais, que sejam qualificados e comprometidos, em suas funções e deveres. Desta forma, o psicólogo escolar e educacional busca contribuir para este fim, sendo um agregador de valores e atuando como um agente de organização dos saberes, facilitador na comunicação e inclusão social. Fomenta dúvidas e promove reflexões a respeito dos modelos de ensino. Proporciona uma ampliação da visão preventiva, que engloba o atendimento, interação e acolhimento aos alunos, pais e professores que sejam por vias e fatores necessários (SANTOS et al., 2011).

É importante mencionar as qualificações e atribuições deste profissional dentro das instituições da educação, ponderando-se, de forma geral, o processo ensino-aprendizagem fundamentado nos progressos cognitivos, emocionais, sociais e motores. Quanto à questão educacional: utiliza saberes psicológicos na escola, que implicam no desenvolvimento humano e da aprendizagem, nas relações interpessoais, integração de alunos, professores, familiares e da comunidade;

gerencia conflitos e problemas sociais com relação aos princípios de ensino e ao programa curricular geral. Instrução e aprendizagem; Educação Especial, preparando e auxiliando professores (indicação de cursos e formações em educação inclusiva) e alunos para o processo de inclusão e educação acessível a todos. Avaliação Psicoeducacional; aplica técnicas de aconselhamento e modificação de maus comportamentos (reeducação); organização de serviços e do funcionamento da escola (JOLY, 2000).

Segundo Joly (2000) o psicólogo escolar e educacional possui ainda as atribuições de assessor e consultor; ergonomista; ecólogo; avaliador e pesquisador; modificador de comportamento. Percebe-se que este desempenha não somente um papel de auxiliador e mediador no processo de aprendizagem dos alunos, mas também, sobre a motivação, reflexão, curiosidade, controle emocional e afetivo, saúde, satisfação, participação na sala de aula e comprometimento destes.

Em síntese, pode-se dizer que, dentre as perspectivas de atuação para esse profissional na área educacional, encontram-se: a) o fornecimento de assessoria na elaboração, implementação e avaliação de programas especiais de ensino, do projeto político pedagógico e de programas direcionados aos pais; b) ações voltadas à melhoria das relações funcionais entre os vários segmentos da escola; [...]. (SANT'ANA, 2009, p. 30).

O psicólogo, nesta perspectiva, deve estar preparado teórico e praticamente para exercer as suas funções pertinentes às instituições de ensino. Pois, compreendendo a complexidade e precisão da aplicação dos saberes psicológicos neste contexto, é fundamental que este tenha em vista a procura por aperfeiçoamento constante de suas práticas metodológicas e funcionais, ampliando sua formação. Para que deste modo, possa desenvolver atividades que visem à modificação social, assim como programas de acesso à educação para todos, inclusão e socialização. Trabalhando em conjunto com uma equipe multidisciplinar, onde todos possam colaborar no cumprimento destes objetivos (SANTOS et al., 2011).

A rede de ensino particular é caracterizada por possuir algumas singularidades, como: público de classe média e alta, melhores e distinguidas categorias de trabalho, recursos financeiros, materiais e humanos, que possibilitam liberdade e independência, bons salários para os profissionais e colaboradores, estrutura física excelente e probabilidade de participação dos diretores, coordenadores e pais dos alunos nas disposições da escola.

Porém, estas características são percebidas de modos variados dependo do funcionamento de cada instituição. Estas possuem extrema pressão organizacional, advindas da diretoria, pois exigem tarefas mais complexas e peculiares, que, não obstante se difere do plano compatível com os saberes psicológicos. Referenciando-se na questão sobre o trabalho do psicólogo nessas instituições, são mais restringidos, pois ainda é sentido no ponto de vista clínico, deste modo

às formas de suas práticas, seguem um contexto muito relevante para ser analisado (SOUZA; SILVA; SILVA, 2011).

A importante contribuição da Psicologia, enquanto ciência e profissão, na luta pela consolidação de uma educação para todos, respaldada nos princípios do compromisso social, dos direitos humanos e do respeito à diversidade enquanto fundamento para uma efetiva inclusão social. (CFP, 2008 apud DELOU; CFP; 2008, p. 15).

Um desafio para a prática deste profissional é a questão da realização de concursos públicos para a sua contratação na rede de ensino público. Pois a Lei que regulamenta as Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1998, possui um artigo afirmando que as funções de ensino são realizadas exclusivamente por docentes e especialistas em educação. Desta forma, não há previsão quanto aos serviços e participação do psicólogo no contexto escolar seja ele no sistema público ou privado. A luta pela participação do especialista neste âmbito é um desafio para a psicologia escolar, a discussão para que sejam implantadas políticas públicas sobre a regulamentação desta profissão continua a repercutir contemporaneamente (CFP, 2013).

Delou (2008) afirma que o CFP entende por educação inclusiva práticas que assegurem e estabilizem a peleja por uma educação que desempenhe sua condição pública, global e de qualidade para todas as pessoas, que sejam referidos como excluídos dos sistemas de educação: deficientes, adolescente e jovens infratores, índios, populações de ruas, superdotados, homossexuais e crianças com dificuldades de aprendizagem. Os estatutos e princípios da educação inclusiva devem fazer parte da matriz curricular nos níveis de formação profissional.

As escolas sejam elas públicas ou privadas, devem estar aptas para acolher todos os alunos, independentemente de suas capacidades ou condições físicas, motoras, psíquicas, intelectuais, sociais, emocionais, dentre outras. Todos os estudantes que possuem necessidades especiais e/ou deficiências físicas ou mentais, devem participar do programa de Educação Especial e Inclusiva. Em 2008 o Ministério da Educação, em conjunto com a Secretaria de Educação Especial, desenvolveram um documento sobre o contexto da educação inclusiva, que segue os progressos do conhecimento e das lutas sociais, com o objetivo de construir políticas públicas que promovam a inclusão e qualidade da educação para todos os alunos.

Em suma, o objetivo e as finalidades da atuação dos psicólogos escolares e educacionais nas redes de ensino, devem ser pautados no encargo com as questões de luta por escolas democráticas, que possuam qualidade, assegurem os direitos das crianças, adolescentes e jovens, bem como dos profissionais da educação. Este dever é político e engloba a consolidação de escolas participativas, que sejam capazes de ajustar os conflitos que nelas possam existir, por meio do desempenho de todos os seus profissionais (CFP, 2013).

6- ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Portanto, os dados coletados através da entrevista, revelam que os profissionais da educação buscam superar os limites das condições precárias das redes de ensino público, a pouca verba ofertada e a reduzida quantidade de materiais e recursos pedagógicos fornecidos pelo governo federal. É evidente que as escolas públicas deste país enfrentam inúmeras dificuldades, porém, ainda existem aquelas que estão dispostas a lutar e exigir seus direitos, procurando manter-se firme e ativa para o bem-estar das pessoas que estão envolvidas neste trabalho e que são beneficiadas pela escola. É necessário deixar claro que a educação é direito de todos, independentemente de cor, raça, classe social, deficiências, dentre outros fatores.

As escolas públicas são caracterizadas por fatores dramáticos, como altos índices de evasão e contextos balizados pela violência. As indisciplinas dos alunos procedem de ambientes externos fora das escolas. O público assistido é de classe baixa. Esta realidade dessas instituições são causadores de desapontamento e decepção dos docentes, profissionais e colaboradores, como também salários baixos (remuneração inadequada). Quanto ao projeto pedagógico de ensino estes não podem interferir, pois o plano de ensino vem diretamente do governo, Estado ou Município.

As instalações da escola são precárias assim como a estrutura física, faltam materiais e recursos. A falta de docentes, psicólogos e assistentes sociais também faz parte do contexto destas, o número de profissionais é reduzido e insuficiente para a quantidade de educandos. A qualidade de ensino é insuficiente, devido a todos esses fatores. Portanto far-se-á necessário a intervenção de psicólogos frente a esta problemática, para possibilitar melhores qualidades no andamento de ensino-aprendizagem e de outros propósitos que abarcam suas funções. Porém algumas escolas públicas apresentam uma realidade parecida com a das escolas particulares, são minorias, mas existem (PASQUALINI; SOUZA; LIMA, 2013).

A problemática que atinge a maioria das escolas é a questão da educação inclusiva. A falta de acessos na estrutura física das instituições (como rampas, pisos táteis, espaço etc.), ausência de materiais didáticos e pedagógicos para esse público, carência de salas específicas para auxiliar no ensino destes (salas de recursos), mas também e principalmente pela falta de profissionais especializados para lidar com esta realidade (psicólogos e assistentes sociais) e de docentes capacitados e/ou com formação específica. As escolas que não possuem um quadro multidisciplinar de profissionais para atender estes alunos tornam-se vulneráveis e inseguras para fazer o acolhimento e trabalhar com estes (DELOU; CFP; 2008).

Nota-se que a escola tem como principal objetivo formar os alunos, fornecendo a estes o suporte necessário de aprendizagem e conhecimento para dar sequência e rendimento nos seus estudos, ou seja, preparando-os para o futuro (ensino médio, técnico e superior). Prezando por respeitar os estudantes nas suas condições e necessidades especiais de acordo com as leis e com o estatuto da criança e do adolescente. Acolhendo todas as crianças e garantido que seus direitos sejam preservados. A escola luta para ampliar suas capacidades e obter mais recursos para possibilitar uma maior qualidade de ensino e aprendizagem para o público nela assistido.

Da mesma forma, a intervenção do psicólogo escolar nas redes de ensino far-se-á necessária neste contexto, com os alunos, professores, profissionais e pais das crianças, mas também no planejamento e funcionamento da escola. O psicólogo tem muitas funções dentro das escolas, à inserção deste, nestas instituições é imprescindível, para obter uma equipe multiprofissional, contribuindo para melhorar a gestão escolar e ampliar a mobilidade social. Inserindo perspectivas psicossociais, psicossocioambientais, teorias que beneficiem o processo de ensino-aprendizagem e que enfatizem sempre a importância da inclusão social e/ou da educação inclusiva.

7- CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto conclui-se que a educação no Brasil continua caminhando a passos lentos e que os investimentos são insuficientes e mal aplicados, refletindo nos resultados obtidos nos últimos indicadores com índices abaixo da média mundial de qualidade de ensino, contribuindo para o analfabetismo e evasão escolar. É possível concluir que a presença do psicólogo escolar causa grande impacto positivo nas relações de ensino porque auxilia na compreensão de que é direito de todos terem acesso à educação de qualidade, apesar das desigualdades sociais e da atual precariedade das escolas públicas.

A psicologia Escolar e Educacional tem conseguido alcançar alguns objetivos por meio do Conselho Federal de Psicologia como: A aprovação por unanimidade, na Comissão de Constituição Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 3.688/2000, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de Educação infantil e fundamental. A luta continua para acelerar o processo e seguir para plenário, caso seja aprovado, vai para a sanção do presidente.

REFERÊNCIAS

ARELARO, L.R.G. O ensino fundamental no Brasil: avanços, perplexidades e tendências. **Educ. Soc.** [on-line], v.26, n.92, p.1039-1066, 2005. ISSN 1678-4626.

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA; DELOU, C.M.C. Eixo temático 01: Psicologia, Políticas Públicas Intersectoriais e Educação Inclusiva. In: Conselho Federal de Psicologia. **Ano da Psicologia da Educação: Textos geradores**. Brasília: CFP, 2008, p.15-26. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/publicacao/ano-da-psicologia-na-educacao-textos-geradores/>>. Acesso em: 1 set. 2015.

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica**. Brasília: CFP, 2013. 58 P. Disponível em:< http://crepop.pol.org.br/novo/wp-content/uploads/2013/04/MIOLO_EDUCACAO.pdf>. Acesso em: 1 set. 2015.

BRASIL. INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/boletim-de-desempenho>>. Acesso em: 18 set. 2015.

BRASIL. MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 18 set. 2015.

JOLY, M.C.R.A. A formação do Psicólogo escolar e a educação no terceiro milênio. **Psicologia Escolar e Educacional**, p.51-55, 2000.

MANZATO, A.J; SANTOS, A.B. **A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa**. Departamento de Ciência de Computação e Estatística – IBILCE – UNESP, 2012. p.1-17.

MONLEVADE, J. **Educação no Brasil: contos e descontos**. Ceilândia-DF: Idéia, 1997.

OLIVEIRA, R. P; ARAUJO, G. C. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Rev. Bras. Educ. [Online]**. N. 28, 2005, pp. 5-23.

PASQUALINI, M.G; SOUZA, M.P.R; LIMA, C.P. Atuação do psicólogo escolar na perspectiva de proposições legislativas. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP, v.17, n.1, p.15-24, 2013.

ROMANELLI, O. **História da educação no Brasil: 1930-1973**. Petrópolis: Vozes, 1992.

SANT'ANA, I.M. et al. Psicólogo e escola: a compreensão de estudantes do ensino fundamental sobre esta relação. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**, v.13, n.1, p.29-36, 2009.

SANTOS, E. et al. Educação: a importância do psicólogo no contexto escolar. XIV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e X Encontro Latino Americano de Pós-Graduação. **Anais...**, Universidade do Vale do Paraíba. Paraíba, 2011.

SAMPAIO, R.F; MANCINI, M.C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Rev. bras. Fisioter.**, São Carlos, v.11, n.1, p.83-89, jan-fev. 2007 ©Revista Brasileira de Fisioterapia.

SOBREIRA, R; CAMPOS, B. Investimento público em educação fundamental e a qualidade do ensino: uma avaliação regional dos resultados do Fundef. **Rev. Adm. Pública** [on-line], v.42, n.2, p.327-346, 2008. ISSN 0034-7612.

SOUZA, C.S; SILVA, M.J.R; SILVA, M.C. A atuação do psicólogo escolar na rede particular de ensino. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v.15, n.1, p.53-61, 2011.

TAVARES, M. A entrevista clínica. In: CUNHA, J. **Psicodiagnóstico – V.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. p.45-56.

YOUNG, M. Para que servem as escolas? **Educ. Soc.**, Campinas, v.28, n.101, p.1287-1302, 2007.

Data do recebimento: 20 de julho de 2018

Data da avaliação: 21 de julho de 2018

Data de aceite: 27 de julho de 2018

1 Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Tiradentes – UNIT. E-mail: leticialimaa15@hotmail.com

2 Acadêmica do curso de Psicologia pelo Centro Universitário Tiradentes – UNIT. E-mail: zildete.gvt@gmail.com

3 Mestre em Linguística pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL; Graduada em Psicologia pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió; Docente do curso de Psicologia do Centro Universitário Tiradentes – UNIT. E-mail: sandra.lamenha@gmail.com.